

Punição do Mellon complica a dívida

Roberto Garcia

Correspondente

Washington — A adoção de represálias pelo governo brasileiro contra o Mellon Bank, de Pittsburgh, deverá complicar ainda mais as negociações de reescalonamento da dívida externa com os credores particulares, que já deveriam ser difíceis em virtude da deterioração das contas brasileiras, dizem fontes financeiras dos Estados Unidos.

Alto funcionário de um dos bancos privados estrangeiros que vem trabalhando mais intimamente com o Brasil a fim de convencer os credores do país a continuarem mantendo linhas de crédito para o país afirmou ontem que por mais comprehensível que possa ser a posição do governo Sarney para mandar o representante Mellon de volta para Pittsburgh, a verdade é que represálias sempre criam ressentimentos.

A mesma fonte lembrou ontem que desde a eclosão da crise da dívida, em setembro de 1982, a inclinação natural da imensa maioria dos bancos tem sido a de interromper as operações com os países em dificuldades para pagar.

— Os diretores de bancos têm a responsabilidade, perante os acionistas, de empregar seu capital da forma mais segura e menos duvidosa possível. Somos pagos para isso. O Brasil pode ter grande potencial mas está passando por um período de óbvias dificuldades para cumprir seus compromissos. Os bancos que não têm nenhum compromisso com o Brasil sentem uma vontade de abandonar o Brasil. É natural — disse o vice-presidente executivo de um grande banco de Nova York que falou ao JORNAL DO BRASIL com a condição de que nem seu nome nem o de uma instituição fossem citados.

Várias outras fontes bancárias explicam que para entender a confrontação brasileira com o Mellon Bank é preciso olhar para toda a história recente da crise da dívida. Segundo tais fontes, para evitar que os países com dificuldades para fazer o serviço de sua dívida quebrassem em 1982, foi montada uma imensa operação de salvamento com a participação tanto dos governos dos países devedores quanto dos países industrializados, de instituições internacionais com o FMI e o Banco Mundial, bem como dos bancos privados.

Grandes bancos com um velho relacionamento com os países devedores — como o Citibank, o Chase Manhattan, o Manufacturers Hanover etc — consideraram que a crise era conjuntural e que acabaria sendo superada. Mas os bancos menores, que tinham estendido empréstimos a curto prazo para países como o Brasil simplesmente porque os juros eram mais atraentes que outras aplicações semelhantes, não tinham a mesma compreensão. Tais bancos tentaram recuperar seu dinheiro o mais rapidamente possível e empregar seu capital em operações mais seguras.

Foi então que os governos, os grandes bancos e as instituições financeiras internacionais organizaram os pacotes de salvamento, por inspiração do FMI.

O FMI garantia que os governos dos países devedores executariam reformas profundas de suas economias a fim de torná-las mais solventes. O FMI também fazia empréstimos de emergência desde que os bancos privados mantivessem seus créditos para os países devedores. Começaram, então, os empréstimos compulsórios. Segundo esses pacotes, os bancos privados continuaram financiando os grandes devedores em dificuldades na proporção do envolvimento de cada um, no período anterior à crise. Por esse esquema, os grandes bancos contribuíram com a maior parte dos pacotes mas os bancos médios ou pequenos foram forçados a manter o dinheiro que tinham aplicado — mesmo que o tivessem feito apenas a curto prazo, em operações de *overnight* ou de apenas alguns dias — agora por vários anos.

Desde então, os bancos pequenos e médios vêm tentando diminuir sua exposição mas os grandes e inclusive as autoridades financeiras de seus respectivos países tentam convencê-los a fazer sua contribuição para impedir que o sistema financeiro internacional desmorone.

Nesse ínterim, muitos bancos têm passado por crises e nesses casos seus diretores tentam saneá-los diminuindo seu envolvimento em operações duvidosas. Entre essas operações duvidosas estão os empréstimos forçados aos países latino-americanos. O Mellon Bank é um dos bancos que tem atravessado crises sérias nos últimos anos, principalmente porque sua base de operação, que é a cidade de Pittsburgh, a capital da siderurgia americana, sofre a pior crise de sua história. Em 1986, os diretores do Mellon decidiram que não iriam manter as linhas de crédito para agências de bancos brasileiros em Nova York nem as linhas de financiamento de exportações.

Os grandes bancos tentaram induzir o Mellon Bank a mudar de posição mas não conseguiram.

— Se vocês quiserem saber a verdade, temos que confessar que os diretores do Mellon não são muito populares com seus colegas de outros bancos americanos, europeus e japoneses. Cada vez que um banco médio tenta pular fora do pacote de financiamento do Brasil, outros têm que preencher o espaço então criado. Ninguém gosta de aumentar seus riscos numa situação dessa. Esse esquema só funciona se todos sacrificarem seus interesses imediatos em prol da manutenção de todo o sistema. Por outro lado é necessário que vocês entendam que atitudes de represália por parte de um devedor acabam causando ressentimento por parte dos demais bancos credores — afirma outro alto funcionário de um banco inglês.